

# A ARMADA REPUBLICANA DA GRAN-COLÔMBIA E A MARINHA DO BRASIL NA ÉPOCA DA BATALHA NAVAL DO LAGO MARACAIBO – 1822/1823

ALEXANDRE LUIZ ALVES DA SILVA\*  
Capitão de Mar e Guerra (FN)

---

## SUMÁRIO

Introdução  
Contexto histórico  
A Marinha do Brasil no início do século XIX  
A Armada Republicana no início do século XIX  
Cenário Marítimo de Brasil/ Portugal e Gran-Colômbia/  
Espanha na Batalha Naval do Lago Maracaibo  
Conclusão

## INTRODUÇÃO

Tive a oportunidade de estar presente na Escola Superior de Guerra da Colômbia como docente e pesquisador no ano de 2023, quando a Armada da República da Colômbia (ARC) comemorava os 200 anos da Batalha Naval do Lago Maracaibo, a maior batalha naval ocorrida

entre as Marinhas da Espanha e de sua até então maior colônia, a Gran-Colômbia. Atento aos estudos realizados pela ARC com o propósito de resgatar a história do Almirante José Prudencio Padilla, seu Patrono, não poderia furtar-me de refletir sobre como se encontravam a Armada Republicana (AR) da Gran-Colômbia e a Marinha do Brasil (MB) no período

---

\* Doutor e mestre em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval. Foi docente e pesquisador convidado pela Escuela Superior de Guerra General Rafael Reyes Prieto, Colômbia, no período 2022-2024. Possui os cursos de operações Especiais, Comandos Anfíbios, Paraquedista Militar e Operações na Selva. Atuou 28 anos em unidades de ensino e operacionais no Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

inicial do século XIX e suas contribuições para os processos de consolidação de independências que ocorreram na América, no momento em que a Europa vivia uma crescente turbulência, provocando reflexos imensuráveis em suas colônias.

Observando-se o cenário político-estratégico no teatro europeu, a princípio, não se percebe que decisões tomadas pelo regente de Portugal, à época, provocariam consequências que acelerariam todo o processo de independência que já estava em ebulição na América Espanhola. Partindo desta percepção inicial, tentaremos identificar decisões aparentemente isoladas, porém fundamentais, e que, ao serem unidas no tempo, nos apontam para a abertura de cenários que retratam histórias por dentro da História e nos fazem perceber cada vez mais que um olhar curioso para o passado sempre possibilitará um melhor entendimento do presente.

Assim, a fim de provocar reflexões, inicialmente será feita uma pequena abordagem sobre o contexto histórico no início do século XIX e as escolhas feitas pelos líderes de grandes nações na época. Posteriormente, buscar-se-á entender a situação do Brasil e da Gran-Colômbia e como estavam suas esquadras navais naquele período. Tendo essas informações, jogaremos luzes sobre os cenários marítimos Brasil/Portugal e Gran-Colômbia/Espanha no período anterior aos anos decisivos de 1822, para o Brasil, e de 1823, para a Gran-Colômbia,

quando ocorreu a decisiva Batalha Naval do Lago Maracaibo.

## CONTEXTO HISTÓRICO

No início do século XIX, a partir de 1803, ocorriam na Europa as Guerras Napoleônicas<sup>1</sup>. Sob o comando de Napoleão Bonaparte, a França promovia avanços permanentes, conquistando territórios com o firme propósito de se tornar o maior império existente. De leste a oeste do Velho Continente, graças às suas constantes vitórias, Napoleão consolidou, no cenário terrestre europeu, a fama de grande general de campo e estrategista. Todavia, curiosamente, ele não olhou com grande interesse para os países que compunham a Península Ibérica, Espanha e Portugal, talvez tendo a percepção de que nenhum deles teria capacidade de causar-lhe problemas.

Apesar de ter obtido sucessos em seus avanços por terra, a França não tinha o controle do mar. Sua Marinha era forte, porém as Marinhas da Grã-Bretanha e da Espanha dominavam as águas no cenário europeu. Napoleão, insatisfeito em ter apenas o domínio terrestre, buscava obter o controle total da Europa e, por isso, precisava derrotar a Marinha britânica. Naquele período histórico, as três Marinhas finalmente se encontraram. Em 21 de outubro de 1805, as poderosas esquadras se enfrentariam na Batalha Naval de Trafalgar<sup>2</sup>. De um lado estava a coroa britânica e, de outro, como adversários, estavam os franceses

1 As Guerras Napoleônicas foram uma série de guerras entre a França, liderada por Napoleão Bonaparte, e várias nações europeias, principalmente Grã-Bretanha, Áustria, Prússia e Rússia (ENCICLOPÉDIA DE LA HISTORIA, s.f., par.1).

2 Na Batalha Naval de Trafalgar, confrontaram-se a Marinha Real da Grã-Bretanha e a coalizão naval da França e Espanha, em frente ao Cabo Trafalgar no sul da península espanhola (Cádiz). As ações aconteceram em 21 de outubro de 1805, quando a Marinha francesa, com 18 navios, apoiada pela esquadra naval espanhola com 15 navios, enfrentou a frota britânica, comandada pelo Almirante Horacio Nelson, com 27 navios. O resultado pendeu a favor dos britânicos, apesar da morte do seu líder, e significou o ponto de virada para os propósitos napoleônicos de invadir a Grã-Bretanha, ao mesmo tempo em que deu a supremacia naval global aos britânicos por mais de um século.

e os espanhóis, que se uniram em uma causa comum e em busca de uma vitória completa. Devido à perfeita manobra de combate planejada e executada pelos navios ingleses, a coroa britânica obteve uma das mais belas e impressionantes vitórias navais da história militar, quando destruiu as esquadras inimigas e se consolidou como a maior potência naval existente, eliminando todas as possibilidades de invasão da Grã-Bretanha pela França por mar. Para a Espanha, não foi diferente, e as consequências foram catastróficas.

Em relação à Marinha Real Espanhola, o primeiro efeito é o descontentamento popular devido ao grande número de tripulantes mortos, oriundos de classes humildes, o que deixou as famílias absolutamente abandonadas. No caso dos oficiais, provenientes de famílias mais abastadas ou nobres, perderam-se ilustres marinheiros experientes e jovens oficiais, deixando um vazio hierárquico do qual a Espanha dificilmente se recuperaria. Apesar da derrota, a Espanha não perdeu toda a frota. Porém a falta de recursos econômicos não lhe permitiu voltar a ter uma frota poderosa, até muito tempo depois. (ARIZABALO, 2010, p. 262)

Napoleão Bonaparte teria ficado totalmente insatisfeito com a humilhação sofrida em Trafalgar e, em 1806, determinou um bloqueio continental contra a Grã-Bretanha, estratégia que visava enfraquecer a economia da ilha para depois tentar conquistá-la. Esse bloqueio consistia em uma imposição a outros países europeus

de que, por decreto, não poderiam negociar com os britânicos. Em Portugal, D. João VI, príncipe regente desde 1792, teria ignorado, de maneira discreta, a ordem francesa e, sem saber, tomaria a primeira decisão que influenciaria toda a história de independências que ocorreria na América no início daquele século.

Ao tomar conhecimento da continuidade desses negócios, Napoleão ordenou a invasão do território português em 1807. No entanto, para chegar a Portugal, o exército francês teria que necessariamente passar pela Espanha. Logo, naquele mesmo ano, Bonaparte invadiu este país, depôs seu rei, o espanhol Fernando VII, e coroou seu irmão José Bonaparte como monarca, enfraquecendo o poderio político e marítimo da Espanha. Estas notícias não demoraram a chegar às colônias espanholas na América, e líderes locais aproveitaram esta circunstância para lutar pela sua independência (COTRIM e RODRIGUES, 1997, pp. 140-141).

Os *criollos*<sup>3</sup>, quando tomaram conhecimento do que aconteceu com a Armada Espanhola em Trafalgar e da posterior deposição de seu rei, avaliaram que o império espanhol estava frágil e sem poder de decisão sobre seu próprio país; portanto, teriam transmitido às colônias hispano-americanas a percepção de que era chegada a hora de romper com a monarquia. A Espanha tentou a todo custo, por meio de força coercitiva e punição severa, manter o controle de suas colônias, no entanto o movimento de libertação foi inevitável e imparável.

Durante o período de 1808 a 1815, a luta foi travada pela liderança oli-

3 *Criollos* são pessoas que, durante a era colonial (século XVI ao início do século XIX), eram descendentes de europeus, mas nasceram no continente americano. Os *criollos* faziam parte dos setores dominantes da sociedade colonial, que concentravam riqueza e poder e gozavam de grande prestígio social. Eles lucravam com o trabalho forçado de indígenas e escravos. Disponível em: <https://enciclopediadihistoria.com/criollos/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

gárquica, que buscava romper a tutela espanhola sem afetar a estrutura socio-econômica tradicional. A liderança das camadas *criollas* privilegiadas trouxe como consequência o predomínio das forças de classe, latifundiários em geral, que ocuparam o lugar de uma burguesia praticamente inexistente. Nesse período, a participação do povo na luta emancipada foi limitada em algumas regiões, assumiu uma atitude de expectativa em outras, ou mesmo chegou a ser temporariamente atraída pelas palavras de ordem demagógicas da contrarrevolução realista. (GUERRA VILABOY, 1997, p. 23)

Historicamente, este enfraquecimento da Espanha, olhando de forma solta no tempo, jamais poderia ser imaginado como uma simples consequência de decisões tomadas pelo regente da coroa portuguesa, todavia, a partir de 1810, movimentos separatistas de libertação eclodiram do Caribe até o sul da América. Em 20 de julho ocorre a proclamação da independência do Vice-Reino de Nova Granada<sup>4</sup>. Em 17 de setembro, o Conselho Supremo de Cartagena criou, ainda que incipientemente, o Comando Naval, que daria origem à Armada Republicana (AR) da Gran-Colômbia, a qual desempenharia

**A Armada Republicana da Gran-Colômbia foi fundamental no apoio logístico às batalhas em terra durante o movimento de libertação por toda a América Latina**

papel fundamental no apoio logístico às batalhas que ocorriam em terra durante o processo de consolidação do movimento de libertação que se espalhou por toda a América Latina.

A ação naval mais marcante dessa recém-criada AR na história das guerras de independência das colônias espanholas e que subjugou de forma irrefutável o poderio marítimo espanhol no Caribe ocorreu em 24 de julho de 1823, quando o Almirante José Padilla (Figura 1), comandante do Terceiro Departamento da Armada Republicana, derrotou o Almirante Don Ángel Laborde y Navarro, comandante da Armada Real nas Antilhas e segundo chefe das forças navais espanholas na América do Norte, na chamada Batalha Naval do Lago Maracaibo (CÁCERES, 2017, p. 56).

A AR, após sua vitória neste confronto, consolidou seu domínio sobre as costas da Gran-Colômbia. Enquanto isso, a Armada Espanhola perdeu o controle das ações que aconteciam nos rios e no Mar do Caribe, o que possibilitou, nos anos seguintes, que os processos de independência fossem consolidados em várias colônias espanholas.

Paralela a esse turbilhão de acontecimentos na América espanhola, a situação de Portugal e de sua colônia, o Brasil, não era muito diferente. Ao saber da decisão

4 O Vice-Reino de Nova Granada abrangia, na época colonial, os países que hoje conhecemos por Colômbia, Panamá e Equador (deste último, apenas uma parte). Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/independencia-da-colombia-da-desuniao-a-republica-de-nova-granada.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.



Figura 1 – Busto em homenagem ao Gran Almirante José Prudencio Padilla, presente na Escuela de Guerra Naval General Rafael Reyes Prieto

de Napoleão Bonaparte de invadir e ocupar o seu país por apoiar a Grã-Bretanha, D. João VI tomaria uma segunda decisão que mudaria a história da relação Portugal-Brasil. Ele resolveu abandonar Portugal em 1807 e seguir para o Brasil, tornando sua maior colônia a sede do Império. Para proteger a corte, solicitou proteção à Marinha britânica durante a travessia do Oceano Atlântico. A coroa portuguesa, com suas forças militares, partiu em navios da Marinha portuguesa, tendo embarcado seus marinheiros, bem como a Brigada Real de Marinha<sup>5</sup> (BRM), que, mais tarde, se tornaria o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) do Brasil. Sobre esta decisão de D. João VI, o Professor L. P. Macedo Carvalho<sup>6</sup>, em entrevista à revista *Defesa Nacional*, em 2003, disse:

À luz da verdade, com a invasão de Portugal pelas tropas de Andoche Junot, o Príncipe Regente não teve alternativa senão transferir a Corte para o território português do Estado do Brasil, a fim de preservar a Coroa, a dinastia de Bragança e o próprio reino de Portugal. Caso contrário, enfrentaria a ameaça de ser feito prisioneiro por Napoleão, como aconteceu com seu cunhado Fernando VII, ocupante do trono da Espanha. Todavia é um grande erro interpretar a transferência da corte portuguesa para o Brasil como uma mera fuga. Foi bem planejada, com bastante antecedência. Isso não foi improvisação. A excelente mudança de governo, com seu acervo histórico e os meios essenciais para a gestão, atesta isso. Ninguém se desloca, da noite para o dia, à volta do Atlântico, enfrentando forte resistência de conterrâneos e inimigos, com uma delegação de 15 mil pessoas, entre fuzileiros navais da BRM, biblioteca privada, em 15 navios e fragatas abarrotados de documentos, talheres, roupas, diversos utensílios e provisões de utensílios diversos, acompanhados pela nobreza, acadêmicos, professores, técnicos, crianças, mãe doente, mulher contraditória e ainda o herdeiro do trono, por nenhum outro motivo que o simples medo de Napoleão. (CARVALHO, 2003, pp. 4-5)

Chegando em sua maior e mais rica colônia, D. João VI iniciou uma série de reformas, visando acomodar a coroa por-

5 A Real Brigada de Fuzileiros Navais, que daria origem ao CFN do Brasil, foi criada por carta de 28 de agosto de 1797. Na prática, houve uma profunda mudança na organização operacional da Marinha, com a criação de dois regimentos de infantaria e uma unidade de artilharia, tornando esta Brigada uma tropa totalmente diferente do corpo de oficiais de carreira da Marinha, composto exclusivamente por técnicos de navegação. Disponível em: <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000002/00000272.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

6 Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

tuguesa e estruturar o Brasil para manter o comércio com outros países, principalmente a Grã-Bretanha. Numerosos órgãos públicos e uma incipiente estrutura militar e pública foram criados para garantir sua segurança pessoal e a da própria colônia. A Marinha portuguesa, tendo a bordo a BRM, teria sua primeira prova de fogo. Por determinação do regente, em retaliação à França pela invasão de Portugal, ela se organizou para navegar em direção à região do Caribe e invadir o que hoje é conhecido como Guiana Francesa, onde obteria sua primeira vitória consolidando a fronteira do Brasil no seu setor norte.

Foi decretada a abertura dos portos para que o Brasil pudesse receber produtos de outros países e exportar tudo o que fosse produzido internamente. Portanto, a presença de uma Marinha forte era necessária para dar segurança ao comércio. Em 17 de dezembro de 1815, D. João VI tomaria uma terceira decisão que mudaria para sempre a história do Brasil, elevando o país à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, devido à sua importância estratégica, promovendo ainda mais o seu desenvolvimento. Com este *status*, o Brasil definitivamente deixaria de ser uma colônia. Em entrevista à Agência de Notícias do Exército Brasileiro, a doutoranda em História Camila Marques de Almeida disse:

D. João VI estabeleceu o centro do poder na capital, proporcionando experiência da elite política local na administração pública, formando uma base de legitimidade e integração da população. O ápice desse processo ocorreu em 1815, após a elevação do

Brasil à condição de Reino Unido, rompendo oficialmente com o pacto colonial. (ALMEIDA, 2022, par. 5)

Naquele período difícil da história brasileira, sabendo das revoltas nas colônias espanholas na América, a presença da família real portuguesa no Brasil certamente contribuiu para impedir grandes movimentações ou intenções de tornar o país independente. Em 1815, Napoleão já havia sido derrotado na Europa e as elites haviam recuperado o poder em Portugal. Em 1820 ocorreria a Revolução Liberal do Porto<sup>7</sup>, quando foi formado um governo provisório que exigiu a volta de D. João VI a Portugal e que o Brasil perdesse a condição de Reino Unido e voltasse a ser colônia. Esta decisão obrigaria a maioria do Conselho de Ministros a optar pelo regresso antecipado do monarca à Europa, como única forma de sufocar o movimento, tendo o mesmo embarcado em 24 de abril de 1821 e abandonado, em 26 de abril, a terra que o havia abrigado longos anos.

Antes de partir, atento aos movimentos de libertação na América espanhola, o Regente percebeu que o melhor para suas futuras reivindicações seria manter alguém de sua confiança controlando o Reino Unido do Brasil em nome da coroa portuguesa. Assim, D. João VI tomou uma quarta decisão que se tornaria, em curtíssimo espaço de tempo, fundamental para o futuro da família real portuguesa e para o Brasil, ao manter seu filho, D. Pedro, como seu regente. Posteriormente, a coroa portuguesa exigiria a volta de D. Pedro, que não aceita e permanece no Brasil. Esta decisão de D. Pedro, tomada em janeiro de

7 Foi um movimento ocorrido em 1820, na cidade do Porto, em Portugal. Entre várias reivindicações, os integrantes exigiam a promulgação de uma Constituição e a volta da Corte portuguesa que se encontrava no Brasil. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolucao-liberal-do-porto/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

1822, seria o ponto de partida para o movimento de libertação do Brasil e culminaria com a declaração de sua independência de Portugal em setembro desse ano.

Na época em que esses eventos ocorriam no Brasil, entre 1808 e 1822, não existia uma Marinha tipicamente brasileira. Os navios eram de bandeira portuguesa, assim como muitos de seus oficiais e suboficiais. A Marinha do Brasil (MB) somente seria criada em novembro de 1822 e passaria por um rápido processo de transformação. Devido à falta de pessoal confiável a bordo, o governo recém-instalado decidiu contratar oficiais estrangeiros que atuariam para reprimir e controlar os movimentos que eclodiriam no país, realizados por pessoas ou instituições que decidiram se manter leais a Portugal. Portanto, uma esquadra brasileira na sua essência desempenharia um papel importante na consolidação do processo de independência do Brasil.

Desta forma, percebe-se que decisões aparentemente isoladas do Regente português geraram uma série de acontecimentos na Europa, com reflexos históricos na América: primeiro, ao manter um comércio camuflado com os britânicos, provocando a invasão de seu país e da Espanha pela França; segundo, ao decidir transferir-se para o Brasil quando soube desta invasão; terceiro, ao decidir elevar o Brasil a condição de Reino Unido; e quarto, ao manter seu filho como seu regente no Brasil. Em paralelo a estes acontecimentos ocorridos na América portuguesa, nas colônias espanholas, conforme mencionado, também se desenvolveram consequências históricas, tais como a proclamação da independência do Vice-Reino de Nova Granada e a criação de uma incipiente Armada Republicana, que seria fundamental em todo o processo de libertação, fruto da invasão da

Espanha e seu enfraquecimento como potência naval na Europa.

Em ambas as situações, tanto na América espanhola quanto no Brasil, o contexto histórico no início do século XIX na Europa, desde as guerras napoleônicas, passando pela derrota das Marinhas francesa e espanhola na Batalha de Trafalgar e a posterior decisão de Napoleão de ocupar toda a região ibérica, contribuiu para o colapso da Espanha e de Portugal no controle de suas colônias na América, possibilitando que líderes locais iniciassem a tão desejada independência. Mas será que existiam na Marinha do Brasil e na Armada Republicana os meios necessários para garantir apoio aos movimentos de libertação?

## O BRASIL E SUA MARINHA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Desde a chegada da família real ao Brasil em 1808, D. João VI tomou uma série de medidas, visando criar forças militares para servir a coroa e manter a colônia segura. Nos navios que vieram de Portugal, toda a tripulação era portuguesa, porém, em relação à Marinha, D. João VI decidiu que:

o Ministério da Marinha e Ultramar passaria para as mãos do Conde de Anadia, D. João Rodrigues de Sá e Menezes. D. João VI já desembarcou no Rio de Janeiro em 1808, trazendo consigo a Brigada Real da Marinha Portuguesa que, transformada em Regimento de Artilharia, seria a Célula Mater do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil. Dada a urgência de defesa e segurança dos vastos domínios da Colônia, foi determinada a reorganização do Arsenal de Marinha e a instalação da Academia de Guardas-Marinha e Fuzileiros

Navais nos dormitórios do Mosteiro de São Bento. (CARVALHO, 2003, p. 6)

Após seu retorno a Portugal em 1821, tendo restabelecido a coroa portuguesa, D. João VI buscou fortalecer a posição de seu próprio país em relação ao Brasil. Para não perder o apoio político, foi iniciado um processo de retirada do Brasil da situação de liberdade política e comercial que havia alcançado nos anos anteriores. O propósito era devolvê-lo à condição de colônia. Desta forma, foram elaborados os Decretos nºs 124 e 125, de 29 de setembro de 1821<sup>8</sup>, em que as Cortes de Lisboa instituíram uma nova administração política, militar e financeira para o Brasil, dividindo a colônia em duas grandes regiões, ambas subordinadas a Portugal, além de exigir a volta de D. Pedro, considerando que sua presença no Brasil não era mais necessária (BRAGA, 2022, p. 16).

Com essas decisões, percebe-se que o governo português aplicou com inteligência a teoria “dividir para conquistar” – e, no caso do Brasil, também para manter o controle. No entanto a ordem que mais

prejudicou as relações entre Portugal e Reino Unido do Brasil foi dada diretamente ao regente D. Pedro, o qual deveria retornar imediatamente a Portugal.

Em janeiro de 1822, a elite brasileira, insatisfeita com o tratamento que Portugal dispensava ao Brasil, redigiu um documento, que teria sido assinado por inúmeros brasileiros, pedindo ao Príncipe Regente que permanecesse no Brasil. Em 9 de janeiro de 1822, uma grande manifestação foi organizada na capital, Rio de Janeiro, quando a maior parte da população se reuniu no Paço Real (Figura 2), hoje conhecido como Paço Imperial. Dom Pedro, ao saber do documento e diante do grande número de pessoas presentes, decidiu desobedecer a Portugal e ficar no Brasil, passando este dia para a História como Dia do Fico.

“A importância da permanência de D. Pedro no Brasil foi para evitar a ameaça de guerra civil e a divisão do país em vários estados, algo que aconteceu com as colônias espanholas” (BRAGA, 2022, p. 18). No entanto militares leais a Portugal se revoltaram e concentraram suas forças no



Figura 2 – Dom Pedro I no Paço Real, Rio de Janeiro, sendo aplaudido pelo público no Dia do Fico

8 Disponível em: <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/clubenaval/article/view/3300/3540>. Acesso em: 21 jul. 2023.

Morro do Castelo. O Regente não cedeu à oposição da guarnição portuguesa e ordenou a saída desta tropa do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e sua viagem para Niterói, cidade próxima, até que fossem transportadas para Portugal, fato que ocorreu na segunda quinzena do mês de janeiro.

Em 4 de maio de 1822, Dom Pedro difundiu mais uma medida que marcaria seu desejo de ver livre de Portugal sua antiga e próspera colônia. Ele assinou o “Cumpra-se”, um decreto que estabelecia que “nenhuma lei ou determinação vinda de Portugal valeria no Brasil sem a sua autorização” (BUENO, 2022, par. 6). Essas e outras medidas tomadas por D. Pedro marcaram momentos importantes em uma linha do tempo que culminaria na declaração de independência do Brasil de Portugal. Mas não faltam exemplos históricos, e estes mostram que a maior parte dos processos de independência foi violenta e, normalmente, estes não são facilmente aceitos por quem perde um pedaço de terra – e, no caso de Portugal, uma colônia tão importante.

Para a consolidação da liberdade tão almejada pelos brasileiros, seria necessário criar no Brasil forças militares capazes de lutar, tanto no mar quanto em terra. O então diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Vice-Almirante José Carlos Mathias, em entrevista à Agência da Marinha em 2022, mencionou que “José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro da Secretaria de Estado para os Negócios Estrangeiros e Interiores do governo do Príncipe Regente D. Pedro, já previra

com perspicácia que a única via viável para a independência em todo o território era o mar” (DE ALMEIDA, 2022, par. 2).

Porém, desde a chegada da família real em 1808, com a permanência de D. Pedro no Brasil, mesmo com os acontecimentos já citados (o Dia do Fico e o Cumpra-se), a situação das Forças Armadas não havia mudado. Particularmente em relação à Marinha, o comando dos navios ainda era exercido por oficiais portugueses, e a maioria da tripulação permanecia leal a Portugal.

Assim, após ter decidido permanecer no Brasil, tornando-se seu Príncipe Regente, e percebendo que ainda era fraco nos campos político e militar, em agosto de 1822, Dom Pedro decidiu ir a São Paulo para fazer acordos devido à situação com Portugal, que se deteriora cada vez mais. Em setembro, ainda na estrada, e acampado próximo ao Riacho do Ypiranga, D. Pedro recebeu cartas de sua esposa e de José Bonifácio. Em ambas, soube que Portugal havia endurecido suas decisões em relação ao Brasil e contra o próprio. Irritado e ciente de que não havia alternativa, o Príncipe Regente declarou a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, expressando-se por meio das palavras “Independência ou Morte”,



Figura 3 – Quadro “Independência ou morte!”, de Pedro Américo

grito que ficou conhecido como “Grito da Independência” (Figura 3), tornando-se, a partir daquele momento, D. Pedro I, o Imperador do Brasil.

Ciente de sua fragilidade e das reações que a coroa portuguesa teria, D. Pedro I decidiu criar uma esquadra tipicamente brasileira. Em 10 de novembro de 1822, a Bandeira Nacional foi hasteada pela primeira vez em um navio de guerra brasileiro, a Nau *Martim de Freitas*, posteriormente rebatizada de Nau *Dom Pedro I*, a primeira nau capitânia. Assim nasceu a MB, criada para combater as forças navais portuguesas que se opunham à independência do país (DE ALMEIDA, 2022, par. 7-8).

Esta incipiente Marinha, composta por um número maior de tripulantes brasileiros, marcaria sua atuação com louvor, combatendo ou reprimindo as revoltas que ocorreriam naquela fase inicial do Primeiro Reinado, conhecidas como Guerras da Independência. Inúmeras batalhas e baixas ocorreram de fevereiro de 1822 a novembro de 1823, e a incipiente MB foi fundamental na consolidação do Brasil como nação e vital para a proteção da costa brasileira como defensora de uma nova nação, o Brasil.

## A GRAN-COLÔMBIA E SUA MARINHA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, a Espanha possuía uma das Marinhas mais poderosas do mundo, porém, ao se juntar à Marinha da França, ambas foram derrotadas, em 1805, na Batalha de Trafalgar, quando as enormes perdas diminuíram muito seu poder de combate. Apesar de contar com navios no Caribe para manter o fluxo logístico entre o continente, as ilhas da região

e a própria Espanha, seu poder naval já não era o mesmo em relação aos anos anteriores. A frota que se manteve presente na América Espanhola não era numerosa em navios, porém contava com uma tripulação experiente, incluindo os sobreviventes das batalhas navais contra a Inglaterra ocorridas na Europa.

A situação política da Espanha na Gran-Colômbia já havia se deteriorado desde o início do século XIX. Ao tomar conhecimento do desastre naval da Espanha na Batalha de Trafalgar, os *criollos*, elite nascida na América Espanhola, tinham um pensamento: libertar-se do domínio espanhol. Em julho de 1810 foi declarada a independência do Vice-Reino de Nova Granada. Além disso, foram criados conselhos de governo e atos de independência em algumas cidades.

Ao mesmo tempo, “a Marinha Nacional nasceu com a Independência, sendo presidente da Junta Suprema de Cartagena o Sr. José María García de Toledo, que, por decreto de 17 de setembro de 1810, criou o Comando Naval, sob o comando do Capitão Juan Nepomuceno Eslava, filho do vice-rei Sebastián Eslava” (ARMADA DA COLÔMBIA, s.f, 2023, par. 1).

A Espanha considerou esta situação inaceitável. Estando sob o comando de Napoleão e com a monarquia espanhola no exílio, não lhe foi possível uma reação que viesse a deter esse movimento. Somente quando Napoleão sofreu sua primeira grande derrota, em 1814, e estava no exílio, o rei espanhol conseguiu recuperar seu poder e rapidamente iniciar reações, visando manter intactas suas colônias na América. Ele emitiu ordens designando uma força militar naval e terrestre para suprimir toda e qualquer declaração de independência e enviou seus meios navais para controlar e reprimir os movimentos.

Assim, a partir de 1814, os movimentos de independência sofreram derrotas consecutivas, e seus líderes, incluindo Simón Bolívar, foram forçados a fugir e se esconder nas ilhas do Caribe. Somente alguns anos depois, os chamados patriotas conseguiram retomar o impulso da independência por meio de lutas sangrentas. A Gran-Colômbia, em 1823, era uma nação menor e menos desenvolvida que o Brasil, porém possuía uma frota naval que já lutava desde 1810, ou seja, tinha alguma experiência, e essa luta era pelo controle do comércio marítimo do Caribe, fator importante para sua economia.

Sobre Armada Republicana, descreve-se:

Era formada pelos brigues *Independiente, Marte, Fama, Confianza* e *Gran Bolívar*; as escunas: *Espartana, Independencia, Manuela, Chitty, Emprendedora, Aventina, Peacock, Antonia Manuela* e *Leona*. Ainda que as forças monarquistas fossem as mesmas, eram constituídas pelo brigue *San Carlos*, os bergantins-escunas: *Esperanza* e *Riego* ou *Maratón*; a escuna *Topsail Speculator*; veleiros: *María Salvadora, Estrella, Cora, Mariana, Rayo, María Habanera* e *Zulia*; as flechas: *Daring* e *Maracaibera*; as pequenas embarcações: *Guajira* e *Monserrat*, as falucas: *Resistencia, Mercedes, Brillante, Relámpago* e *Pedrito* e as canoas: *Raya, Duende, Palomera, Esperanza, Félix María, Altigracia, San Francisco* e *Corvette*, com um total de 49 canhões, 14 carronadas, quatro obuses, tropas e 670 fuzileiros navais, incluindo chefes e oficiais. (ARMADA, 2022, p. 1)

Assim, em 1823, ocorreria uma mudança positiva dos ventos, que muito favoreceria a libertação da Gran-Colômbia e de outras colônias na América espanhola.

## CENÁRIO MARÍTIMO DE BRASIL/PORTUGAL E GRAN-COLOMBIA/ESPANHA NA BATALHA NAVAL DO LAGO DE MARACAIBO

Em 1823, para quem fazia parte da Marinha do Brasil e desejava a total independência de Portugal, o cenário marítimo no Brasil inicialmente não era dos mais favoráveis. No mesmo sentido, o cenário da Gran-Colômbia, para os integrantes do Exército Republicano, foi igualmente desfavorável.

A Marinha portuguesa, em virtude da sua longa experiência no mar, parecia estar mais bem treinada e bem armada, contando nas suas tripulações com militares experientes e totalmente leais a Portugal. Após a Declaração de Independência feita por Dom Pedro I, tropas ou parte da população leal a Portugal se revoltaram em Pernambuco, na Cisplatina (hoje Uruguai), no Piauí, no Maranhão, no Grão-Pará e, principalmente, na Bahia, onde, desde 19 de fevereiro de 1822, já ocorriam motins em Salvador, local-chave e importantíssimo por ser a primeira capital do Brasil.

A situação era crítica para Dom Pedro I (Figura 4) e piorou quando Portugal decidiu enviar cerca de 2.500 soldados para apoiar o movimento de revolta das tropas portuguesas que haviam sido expulsas do Rio de Janeiro por não aceitarem a independência do Brasil. A Bahia era um lugar crítico, tanto para a coroa portuguesa quanto para o Brasil, e o Rei de Portugal, após ter sido declarada a independência do Brasil, tinha como propósito dividir a colônia em duas grandes áreas. O Sul e o Sudeste ficariam sob o controle de Dom Pedro I, e o Norte e o Nordeste sob o controle de Portugal. Caso isso se concretizasse, seria possível, no entendimento da coroa portuguesa, o envio de maior



Figura 4 – Meios disponíveis das Marinhas do Brasil e de Portugal em 1823

número de militares experientes à Bahia e posterior ataque ao Rio de Janeiro. Esse movimento, sem dúvida, sufocaria aqueles que queriam a independência e impediria o comércio de Minas Gerais, colocando o Brasil de volta sob o controle português.

Para tentar controlar a situação e derrotar os rebeldes, Dom Pedro I contratou oficiais estrangeiros com experiência em combate, entre eles o general francês Pierre Labatut, que lutou nas Guerras Napoleônicas, e o almirante

inglês Thomas Cochrane, que lutou na Batalha de Trafalgar. Sob o comando do almirante, foi decidida a realização de um bloqueio naval à cidade de Salvador. O comandante da guarnição portuguesa no local era o Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, que, vendo-se cercado e com as consequências derivadas desse cerco, visualizou uma saída: atacar Itaparica, ilha onde

**A vitória da Armada brasileira sobre a portuguesa na Bahia foi um marco para a independência do Brasil e a transformação do cenário marítimo**

havia uma pequena comunidade e um forte que dominava a navegação na região. Após várias tentativas de manter o controle do local, Madeira de Melo percebeu que as perdas seriam além do esperado e decidiu render-se. Quase sem provisões, em 2 de julho de 1823, pela madrugada, decidiu abandonar o local. Escortados por navios e barcos brasileiros, todos os soldados portugueses sobreviventes partiram para Portugal. Em entrevista concedida à revista *Desafios do Desenvolvimento*, em 2016, o professor de História Sérgio Armando Guerra Filho afirmou

que aqueles eram “leais ao governo de Lisboa. Para isso, travou-se uma guerra que, ao final, incorporou a Cidade da Bahia ao Império do Brasil” (IPEA, 2016, par. 4).

Essa vitória da incipiente Armada brasileira sobre a portuguesa na Bahia

foi um marco para a consolidação da independência do Brasil e para a transformação do cenário marítimo. As outras pequenas revoltas ocorridas em áreas distantes da capital, como Maranhão, Piauí e Grão-Pará, foram rapidamente

controladas graças às experiências e à confiança conquistadas.

Semelhante ao que ocorria no mar entre Brasil e Portugal, no exato ano de 1823, a situação nas colônias espanholas que desejavam a total independência da Espanha não era muito diferente. No Caribe, ocorreria uma batalha naval entre as Marinhas da Gran-Colômbia e da Espanha,



Figura 5 – Navios de Padilla cruzando a Barra de Maracaibo e recebendo fogo do Castillo de San Carlos.

Óleo sobre tela do pintor colombiano José María Espinosa intitulado “Acción del Castillo de Maracaibo (1823)” – Museo Nacional de Colombia. Recuperado em 21 de julho de 2023

que marcaria para sempre o processo de independência da região. Tropas leais à Espanha estavam a bordo e prontas para defender a região a todo custo. As diferenças entre os dois países seriam postas à prova pelo fogo, num local inesperado, o Lago Maracaibo. Neste local, considerado um objetivo vital, aconteceu o que a ARC considera como o maior combate naval entre as Marinhas da Gran-Colômbia e da Espanha, a Batalha Naval do Lago Maracaibo (Figura 5).

A batalha ocorreu em 24 de julho de 1823, na entrada do Lago Maracaibo. À frente da esquadra republicana estava o Almirante José Padilla, e quem comandava a esquadra espanhola era o Almirante Ángel Laborde y Navarro. A vitória republicana, ou patriota, foi decisiva para a independência da América Espanhola, pois desestabilizou a frota espanhola na região, o que permitiu às forças libertadoras da América Espanhola obterem vitórias em outras áreas, principalmente no Peru e na Argentina. Tal conquista foi tão importante no cenário marítimo da Gran-Colômbia que a Espanha perdeu o

controle naval total da região, acelerando-se o processo de consolidação da independência.

No Brasil, durante o ano de 1823, havia alguma presença marítima desde a criação, em novembro de 1822, de sua ainda incipiente Marinha. A frota naval lutou bravamente para controlar o comércio marítimo no Atlântico Sul, fator importante em sua economia. O cenário marítimo indicava que, apesar de ser

um país de enormes dimensões para a época, sua frota naval ainda era pequena para os requisitos necessários e permaneceu por muito tempo dedicada à guerra naval para tentar deter movimentos de revolta em seu território.

No cenário marítimo que se consolidava na Gran-Colômbia, em 1823, ter uma presença marítima com sua frota naval no Caribe, apoiando logisticamente os combates em terra, era essencial para a defesa dos portos dos ataques da Marinha espanhola e para a consolidação dos movimentos de independência na América Latina.

Dessa forma, em ambos os cenários marítimos, tanto no Brasil quanto na Grande Colômbia, suas Marinhas foram utilizadas para manter ou conquistar sua independência de Portugal e Espanha, respectivamente.

## CONCLUSÃO

Como abordado, o contexto histórico da Europa se mostrava extremamente turbulento no início do século XIX devido às guerras napoleônicas. Espanha

e França, poderosas monarquias, viram as suas esquadras perderem poder, tendo sido relegadas a segundo plano diante da poderosa esquadra britânica devido à humilhante derrota na Batalha Naval de Trafalgar, em 1805. A partir deste ano, uma sequência de decisões tomadas pelo regente português à época, D. João VI, influenciaria sobremaneira nas mudanças que ocorreriam na América.

A primeira ocorreu em 1806, quando D. João decidiu manter um comércio camuflado com os britânicos; a segunda, em 1807, ao decidir transferir toda a coroa portuguesa para o Brasil a partir do momento em que a Península Ibérica foi ocupada pelas tropas de Napoleão, provocando também o enfraquecimento da coroa espanhola em virtude da necessária ocupação deste reino por Napoleão; a terceira, em 1815, ao decidir elevar o Brasil à condição de Reino Unido; e a quarta, em 1821, quando, ciente do ocorrido nas colônias espanholas, decidiu manter no Brasil seu filho como regente. D. Pedro I criaria a MB em novembro de 1822, após declarar a independência do Brasil, e ela seria vital para a proteção da costa brasileira e para sufocar as Guerras da Independência, que eclodiram em alguns locais do novo Reino do Brasil.

Interessante notar que as duas primeiras decisões de D. João VI teriam uma estreita ligação com o movimento de independência nas colônias espanholas, pois, fruto delas, a coroa espanhola perdeu poder e já não tinha uma esquadra capaz de estar presente com todo o seu poderio no cenário europeu e na América. Tal fato provocou

consequências históricas, tais como a proclamação, em 1810, da independência do Vice-Reino de Nova Granada, assim como a criação da Armada Republicana (AR).

Os navios desta Armada seriam, da mesma forma que os da Marinha brasileira, fundamentais em todo o processo de libertação vivido pelas colônias espanholas, pois eles proporcionaram apoio logístico aos exércitos libertadores que combatiam em terra e assumiram a defesa dos portos no Caribe na luta contra os navios de guerra espanhóis. Além disso, em 24 de julho de 1823, a AR marcaria para sempre seu nome na história da libertação da Gran-Colômbia quando derrotou a esquadra espanhola na Batalha Naval do Lago Maracaibo, data que é considerada como o Dia da Armada Nacional da República da Colômbia.

Os relatos indicam que as configurações marítimas existentes na MB e na AR mostravam que, embora o Brasil fosse um país muito maior em dimensões territoriais, ainda possuía uma pequena frota naval e com tripulações com pouca experiência. A Gran-Colômbia ainda era uma nação menor e menos desenvolvida, mas já possuía uma frota naval que lutava desde 1810, ou seja, com muito mais experiência.

Para efeito de reflexão, nota-se que existiu uma diferença entre a independência do Brasil e a da América espanhola. Enquanto no Brasil ela foi feita pelo filho do rei português, evitando a desagregação do território brasileiro, nas colônias espanholas ela foi feita por *criollos*, apoiados pela população mais pobre e escravos, provocando um esfacelamento do império espanhol.

#### 📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS>; América do Sul; América Latina; Colômbia;

<HISTÓRIA>; Guerra da Independência; História da América; História da Independência; História da Independência do Brasil; História da Marinha do Brasil; História do Corpo de Fuzileiros Navais; Independência do Brasil;

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, B. G. (2017). “Duzentos anos de 1817: caminhos historiográficos e algumas discussões sobre a Revolução Pernambucana”. *OPSSIS*, 17(1), 121-134. Minas Gerais. Brasil.
- ARIZABALO, P. C. (2010). “Trafalgar y su influencia en la independencia de Chile”. *Revista de Marina*, 127 (916).
- ARMADA DE COLOMBIA. (s.f). (2022). “Historia Naval”. Disponível em: <https://www.armada.mil.co/es/content/historia-naval-0>.
- ARMADA DE COLOMBIA (s.f.). (2023). “Historia de la Batalla Naval del Lago de Maracaibo”. Disponível em: <https://www.armada.mil.co/es/content/historia-de-la-batalla-naval-del-lago-de-maracaibo>.
- BUENO, C. (2023). “Os protagonistas da independência do Brasil. Para além das grandes personagens conhecidas pela historiografia, participação de populares, escravizados e indígenas foi fundamental para tornar o país independente”. *Ciência e Cultura*, 74(1), 1-5. São Paulo. Brasil. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252022000100010&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252022000100010&script=sci_arttext).
- BRAGA, C. Da C. (2022). “Do ‘Dia do Fico’ à Independência”. *Revista do Clube Naval*, 3(403), 16-21. Rio de Janeiro. Brasil. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/clubenaval/article/view/3300/3540>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- CÁCERES, S. U. (2017). “La Batalla Naval del Lago de Maracaibo”. *Ensayos sobre Estrategia Marítima*, 4, 51-68. Bogotá. Colômbia.
- CARVALHO, L. P. M. (2020). “Ação militar e política de D. João VI no Brasil”. *A Defesa Nacional*, 89 (795). Rio de Janeiro. Brasil.
- COTRIM, G., & RODRIGUES, J. (1997). *História Geral*. São Paulo: Saraiva, 152. São Paulo. Brasil.
- DE ALMEIDA, C. M. (2022). “200 anos de Independência do Brasil e da Esquadra brasileira: conheça a atuação da Marinha no processo de consolidação do país”. Agência Marinha de Notícias. Rio de Janeiro. Brasil. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/200-anos-de-independencia-do-brasil-e-da-esquadra-brasileira>.
- GUERRA VILABOY, S. (1997). *Etapas y procesos en la historia de América Latina*. Xalapa, Vera Cruz. México.
- IPEA. (2016). “A guerra que orgulha a Bahia. Desafios do Desenvolvimento”. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=3206](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3206).